

EVIDENCIAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL NOS RELATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DOS BANCOS LISTADOS NA BM&FBOVESPA

EVIDENCING OF INTELLECTUAL CAPITAL IN THE REPORTS ISSUED BY THE ADMINISTRATION OF BANKS LISTED ON BM&FBOVESPA

*Patricia Vasconcelos Rocha*¹
*Juliana Cidrack Freire do Vale*²
*Leonardo de Queiroz Braga Cavalcante*³
*Márcia Martins Mendes De Luca*⁴
*Alessandra Vasconcelos Gallon*⁵

Resumo: O estudo analisa a divulgação de informações de capital intelectual nos Relatórios da Administração das empresas do setor bancário brasileiro listadas na BM&FBovespa, visando identificar se os bancos listados nos três segmentos diferenciados possuem maior nível de divulgação do que os bancos listados no mercado tradicional. Realizou-se análise documental dos Relatórios da Administração de 2009 de uma amostra de. Foi utilizada a Análise de Conteúdo para caracterizar as informações de capital intelectual divulgadas. Os resultados demonstram que a categoria capital externo foi a mais evidenciada, predomina a evidenciação de natureza narrativa e não há diferença estatisticamente significativa entre as médias de divulgação das informações de capital intelectual dos bancos nos diferentes segmentos de listagem analisados, refutando a hipótese testada.

Palavras-chave: Capital Intelectual, Evidenciação, Setor Bancário.

Abstract: The study assesses the release of information about intellectual capital in the reports issued by the administration of companies in the Brazilian banking sector listed on BM&FBOVESPA, in order to identify whether the banks listed in the three different segments possess greater level of disclosure than the ones listed on the traditional market. The study was conducted through documental analysis of the 2009 Administration Reports from a sample of banks. Content Analysis was used in order to characterize the disclosed intellectual capital information. The results demonstrate that the external capital category was the most evidenced; the evidencing which predominates is of narrative nature; there is no statistically significant difference between the averages of information disclosure of intellectual capital in the banks in the different listed segments assessed, which refuted the tested hypothesis.

Keywords: Intellectual Capital, Evidencing, Banking Sector.

¹ Mestranda em Administração e Controladoria pela UFC, pattivasconcelos@hotmail.com

² Mestranda em Administração e Controladoria pela UFC, julianacidrack@yahoo.com.br

³ Mestrando em Administração e Controladoria pela UFC, leonardodequeiroz@gmail.com

⁴ Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA-USP, marciadeluca@ufc.br

⁵ Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC, alegallon@terra.com.br

1 Introdução

Em decorrência do desenvolvimento tecnológico, os usuários passaram a ter mais acesso às informações divulgadas pelas empresas e a utilizá-las mais eficientemente em seu processo decisório, passando, assim, a ser mais exigentes quanto ao nível de divulgação de informações de que necessitam (IUDÍCIBUS, 2004). Nesse novo contexto, não vem sendo suficiente a divulgação de informações obrigatórias, uma vez que, segundo Piacentini (2004), a evidenciação voluntária possibilita aos investidores a análise de estratégias e de fatores críticos de sucesso das companhias, tanto no ambiente em que estão inseridas, quanto no ambiente competitivo do cenário econômico.

A decisão pela divulgação de uma informação está relacionada aos princípios de justiça, equidade e verdade (SCOTT, 1941). De uma maneira geral, espera-se que o *disclosure* das empresas exceda ao determinado em lei, a partir do interesse de gestores ou controladores em divulgar informações adicionais destinadas a influenciar as decisões dos usuários (MEEK; ROBERTS; GRAY, 1995). Esse posicionamento confirma “a relação entre o disclosure e os objetivos da Contabilidade, ao garantir o aspecto de utilidade à informação contábil” (DANTAS et al., 2005, p. 59).

No conjunto de elementos de divulgação voluntária, destacam-se aqueles referentes ao capital intelectual da organização, considerado um dos principais fatores de agregação de valor às organizações (GALLON et al., 2008). Corroborando esse entendimento, Backes, Ott e Wiethaeuper (2006) enfatizam o capital intelectual como parte integrante do processo de criação de valor da empresa, assinalando que vários estudos relatam o crescimento da demanda por comunicação externa de capital intelectual em empresas baseadas em conhecimento, haja vista que nesse tipo de empresa os ativos intangíveis contribuem muito mais para o resultado final de seus produtos e serviços.

Nesse sentido, a avaliação da evidenciação voluntária de informações sobre capital intelectual pode contribuir para a obtenção de conhecimento sobre as estratégias de uma empresa e os fatores-chave de sucesso de um setor específico (PIACENTINI, 2004; ANTUNES, 2007). Além disso, a descrição de elementos de capital intelectual divulgados em demonstrações contábeis representa a base da vantagem competitiva de uma empresa, visto que o capital intelectual sustenta a operacionalização de processos críticos de uma estratégia de negócio (PISANO; SHUEN; TEECE, 1997; HEGARTY; SWINK, 1998; BATES; JUNTILLA; SCHROEDER, 2002; KAPLAN; NORTON, 2004; BARROS; FENSTERSEIFER; PAIVA; ROTH, 2007; PONTE; FARIAS, 2007).

Reina, Vicente e Ensslin (2008) afirmam que, geralmente, as informações referentes ao capital intelectual não são divulgadas nos balanços tradicionais, muito embora haja esforços nesse sentido. Dessa forma, ressalta-se a utilização do Relatório da Administração como meio de divulgação de elementos de capital intelectual (BACKES, 2005; BACKES; OTT; WIETHAEUPER, 2006), uma vez que este “caracteriza-se por apresentar informações financeiras e não financeiras preponderantemente descritivas e, especialmente, por permitir a inclusão de informações espontâneas ou não obrigatórias” (BACKES, 2005, p. 48).

Ressalta-se, ainda, que a presente pesquisa aborda o capital intelectual de maneira ampla, e não apenas os elementos que integram o rol dos ativos intangíveis registrados nos balanços das empresas, cuja contabilização e divulgação passaram a ser obrigatórias, de acordo com a Lei nº 11.638/2007 e o CPC 04. Investiga-se, assim, a evidenciação voluntária de todos os elementos do capital intelectual nos relatórios de administração das empresas.

Em dezembro de 2000, a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) implantou os três níveis diferenciados de governança corporativa: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Aguiar, Corrar e Batistella (2004, p. 338) mencionam que, “buscou-se por meio dessa medida dar maior transparência ao mercado de capitais como forma de atrair mais investidores e, por conseguinte, aumentar o volume de transações.”

Levando-se em conta que as empresas listadas nos três segmentos diferenciados da BM&FBovespa adotam boas práticas de governança corporativa e atendem aos princípios dessa filosofia, diferenciando-se, assim, das demais empresas, o pressuposto da pesquisa é que os bancos listados nos três segmentos diferenciados se preocupam mais em divulgar informações sobre o capital intelectual, em comparação com os bancos listados no mercado tradicional.

Diante do exposto, formulam-se duas importantes questões: Quais as características da divulgação de informações de capital intelectual nos Relatórios da Administração das empresas do setor bancário brasileiro listadas na BM&FBovespa? Há diferença estatisticamente significativa entre o nível de divulgação dos bancos listados nos três segmentos diferenciados e o daqueles listados no mercado tradicional?

Constitui, assim, objetivo geral da pesquisa analisar as características da divulgação de informações de capital intelectual nos Relatórios da Administração das empresas do setor bancário brasileiro listadas na BM&FBovespa, para se identificar se nos bancos listados nos três segmentos diferenciados de governança corporativa (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado) há mais divulgação do que nos demais. A escolha do setor bancário se deve aos elevados investimentos desse segmento em ativos intangíveis. Esse fato é ratificado por levantamento feito pela empresa de consultoria *Intangible Assets Management* (IAM), em parceria com a *Brand Finance*, publicado pela revista *The Brander*, o qual aponta que das 10 maiores empresas do Brasil em ativos intangíveis, três pertencem ao setor bancário (BALIEIRO, 2009).

O presente estudo foi estruturado em cinco tópicos, incluindo esta introdução. O segundo traz o referencial teórico sobre capital intelectual e sua evidenciação, abordando os principais estudos relacionados ao tema. O tópico seguinte apresenta o enquadramento e os procedimentos metodológicos. O tópico 4 contempla a descrição e análise dos resultados. No derradeiro, relatam-se as conclusões da pesquisa.

2 Capital Intelectual

Vários fatores de natureza econômica, social, política e tecnológica alteraram a estrutura e os valores da sociedade contemporânea, provocando uma transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento (ANTUNES, 2007). Dentre as características

dessa transição, destaca-se a criação de valor organizacional mediante substituição dos ativos tangíveis (estrutura física) pelos ativos intangíveis, a qual pode se materializar por meio da adequada e eficiente estruturação dos processos produtivos e de apoio, da eficácia de seus sistemas gerenciais, da elevação da capacidade e competência de seus funcionários e da sistematização e disponibilização do conhecimento dentro da organização (MATHEUS; NAGANO, 2003).

Segundo Schmidt e Santos (2009), ao se examinar os produtos e serviços utilizados no cotidiano, é possível constatar a presença de um grande acervo intelectual, na medida em que o conhecimento é aceito como um novo fator de produção, o que indica a necessidade de melhor compreendê-lo e mensurá-lo nas organizações. Nesse contexto, Klein e Prusak (1994) assinalam o grande desafio de gerenciar a transformação do material intelectual existente na empresa, assim como aquele produzido pelas pessoas, em capital intelectual, ou seja, em conhecimento alavancado e disseminado, objetivando sua replicação e desenvolvimento.

Dessa forma, nos últimos anos tem se observado uma intensificação do interesse pelo estudo dos ativos intangíveis, particularmente devido à crescente valorização das empresas desde 1980, em decorrência de significativas diferenças entre o valor de mercado e o valor contábil (GALLON et al., 2008), geralmente atribuídas ao valor do capital intelectual das organizações. Nos Estados Unidos, por exemplo, conforme assinalam Schmidt e Santos (2009), o valor de mercado de uma entidade varia, geralmente, entre duas e nove vezes o seu valor contábil. Stewart (1998) salienta que isso ocorre porque em uma empresa embasada no conhecimento os ativos físicos contribuem menos do que os ativos intangíveis para o valor de seu produto ou serviço final.

Assim, a preocupação formal com a identificação e a mensuração dos ativos intangíveis vem se destacando na literatura sob a temática denominada capital intelectual, apontada como a grande responsável pela sustentabilidade e valorização das empresas (GALLON; LYRIO; ENSSLIN, 2008). No contexto organizacional, essa preocupação ganhou impulso em 1994, quando a companhia de seguros Skandia, da Suécia, divulgou o primeiro relatório contemplando ativos intangíveis (GALLON et al., 2008). Desde então, o eixo teórico evoluiu com a divulgação das pesquisas pioneiras de Brooking, em 1996, de Edvinsson e Malone, em 1997, e de Sveiby, em 1997 e 1998 (ENSSLIN; CARVALHO, 2007).

Segundo Arruda, Cabral e Araújo (2010), o capital intelectual ganhou popularização após se tornar um importante recurso para a estratégia nos negócios, levando as empresas a investir mais em ativos intangíveis, devido a sua maior capacidade de agregar valor, em comparação com o ativo tangível. Destarte, o capital intelectual pode ser conceituado como a matéria intelectual – conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência – capaz de gerar riqueza (STEWART, 1998), ou, ainda, como o material intelectual formalizado, capturado e alavancado a fim de produzir um ativo de maior valor (KLEIN; PRUSAK, 1994).

No que tange à composição do capital intelectual, Antunes (2007) e Gallon, Lyrio e Ensslin (2008) apontam que, segundo estudiosos do tema, o capital intelectual se divide em: (i)

capital humano (combinação de conhecimento, habilidades, capacidade de inovação e mão de obra qualificada; e valores, cultura e filosofia empresarial); (ii) capital estrutural (hardware, software, banco de dados, estrutura organizacional, patentes, marca e tudo o mais que dá suporte para aumentar a produtividade); e (iii) capital de relacionamento (clientes e relações com eles desenvolvidas).

Na concepção de Brooking (1996), o capital intelectual pode ser dividido em quatro categorias: (i) ativos de mercado – relacionados ao mercado, como marca, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes e em andamento, canais de distribuição e franquias; (ii) ativos humanos – benefícios que os colaboradores são capazes de propiciar, por meio de *expertise*, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas etc.; (iii) ativos de propriedade intelectual – como *know-how*, segredos industriais, patentes, *designs* etc.; e (iv) ativos de infraestrutura – como cultura, sistema de informação, métodos gerenciais, banco de dados dos clientes etc.

Já para Stewart (1998), o capital intelectual é formado a partir do intercâmbio das partes distintas de capital humano, estrutural e do cliente. O raciocínio do autor parte do seguinte questionamento referente ao capital intelectual: ‘Onde procurá-lo?’. Em resposta, o autor sugere que seja em um ou mais destes três lugares: nas pessoas, nas estruturas e nos clientes. O capital humano tem importância como fonte de inovação e renovação; o capital estrutural abrange laboratórios, sistemas de informação, conhecimento dos canais de mercado e foco gerencial, considerados pré-requisitos para compartilhar e transmitir o conhecimento, transformando-o em propriedade de um grupo; e o capital de clientes compreende os relacionamentos da empresa com as pessoas com as quais mantém relações de negócio, incluindo os fornecedores.

Corroborando a classificação de Stewart (1998), Sveiby (1998) divide a estrutura do capital intelectual em três segmentos básicos: (i) competência das pessoas (envolve a capacidade de agir em diversas situações para criar ativos tangíveis e intangíveis); (ii) estrutura externa (marcas, marcas registradas, relações com clientes e fornecedores e imagem da empresa); e (iii) estrutura interna (estrutura organizacional, estrutura gerencial, estrutura legal, sistemas, pesquisa e desenvolvimento e software).

Em consonância com o exposto, e segundo Backes (2005), é possível perceber um consenso entre os autores citados no tocante aos componentes do capital intelectual, com algumas diferenças na nomenclatura adotada. Desse modo, as informações referentes ao capital intelectual são agrupadas segundo classificação utilizada pela entidade, podendo servir tanto interna, quanto externamente, precisando, portanto, ser divulgadas. Backes, Ott e Wiethaeuper (2006) dispõem que essa divulgação se dá de forma voluntária e de acordo com o objetivo de cada organização e do público-alvo dessa informação.

2.1 Disclosure e Mercado de Capitais

O *disclosure* está ligado aos objetivos da Contabilidade, na medida em que “garante informações diferenciadas para vários tipos de usuários” (IUDÍCIBUS, 2004, p. 123). Estes, bem como outros fatores externos, determinarão o nível de divulgação dessas

informações, que tem como consequência a ratificação ou a alteração da opinião de seus usuários acerca das atividades da empresa (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

O desenvolvimento tecnológico proporcionou aos usuários maior facilidade de acesso às informações, culminando em mais instrumentos de suporte ao processo decisório, ao mesmo tempo em que a sociedade passou a dar menos importância à produção, voltando-se mais para o conhecimento. Stewart (1998) dispõe que nessa nova sociedade, o conhecimento e a informação são as matérias-primas e, ao mesmo tempo, os produtos mais importantes na economia.

Assim, em sintonia com o *American Institute of Certified Public Accountants*, Backes, Ott e Wiethaeuper (2006) defendem que, para aumentar a sua utilidade, o *disclosure* deve incluir componentes como *disclosure* não-financeiros sobre as estratégias de ganhos futuros, relacionamento com clientes e know-how, além de informações sobre capital intelectual e outros intangíveis que criam valor e proporcionam vantagem competitiva.

Sobre a necessidade de maior divulgação, Iudícibus (2004) adverte que a cada dia o investidor fica mais exigente e sofisticado no tocante à busca por informações, de maneira que para continuar profissionalmente competitiva, a Contabilidade tem o desafio de se adaptar às novas demandas. Em relação às mudanças tecnológicas, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 49) entendem que “a contabilidade ainda está para tirar proveito das novas invenções que prometem revolucionar a divulgação financeira como a conhecemos hoje”.

Nessa perspectiva, a cada dia que passa a transparência na divulgação de informações ganha mais importância, devendo a Contabilidade se adaptar a essas exigências, utilizando a evidenciação do capital intelectual como alternativa para atenuar as deficiências de informações sobre os recursos do conhecimento, principalmente no que tange à demanda de informações por parte de acionistas e investidores (BACKES; OTT; WIETHAEUPER, 2006).

Além disso, no âmbito do mercado de capitais, a divulgação de informações se torna decisiva na captação de recursos de longo prazo, possibilitando o fluxo de capital entre poupadores e investidores (BOVESPA, 2000). Nesse contexto, destaca-se que as empresas do setor bancário desempenham importante papel na otimização de recursos e na criação de condições de liquidez e administração de riscos, atuando no financiamento das inovações tecnológicas, bem como na intermediação de recursos financeiros (ROGERS; RIBEIRO; SECURATO, 2006).

Segundo Yakamoto e Salotti (2006), alguns estudos apontam que a divulgação voluntária tem relação direta com o grau de eficiência do mercado de capitais. A divulgação voluntária de informações, relacionada à Teoria do *Disclosure* Voluntário ou Divulgação Baseada em Julgamento, é entendida como a discricionariedade da administração para divulgar ou deixar de divulgar determinada informação (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006; MURCIA; SANTOS, 2009). Essa discricionariedade pode embasar-se em um julgamento objetivo, o qual pode ser feito a partir dos estudos de Verrecchia (2001), que ensinam a identificar o momento ideal de disponibilizar determinada informação ao mercado, com

base na comparação entre o nível de demanda gerado pela divulgação e os custos decorrentes dessa decisão.

A divulgação de informações traz benefícios tanto para a empresa divulgadora quanto para seus *stakeholders*, destacando-se ainda “a utilidade informacional da contabilidade, que, variando nos ambientes legais predominantes nos diferentes países, pode ser diretamente impactada pelos mecanismos de governança corporativa” (PONTE et al., 2010). De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2009), as boas práticas de governança corporativa asseguram aos *shareholders* e aos *stakeholders* “equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados (*accountability*) e obediência às leis do país (*compliance*)” (IBGC, 2009, p. 19).

A transparência, nesse caso, se relaciona à divulgação de informações para as partes interessadas, além daquelas já legalmente obrigadas, contemplando, inclusive, fatores intangíveis, os quais direcionam a ação gerencial e conduzem à criação de valor (IBGC, 2009). Assim, dentre as informações que não constituem obrigação legal, destacam-se aquelas referentes ao capital intelectual da organização, as quais são divulgadas levando-se em conta sua utilidade no âmbito interno das empresas, bem como as exigências de informações dos usuários externos (BACKES, 2005; BACKES; OTT; WIETHAEUPER, 2006).

Dentre os variados meios de disponibilização das informações contábeis para os usuários, destaca-se o Relatório da Administração, que, segundo Backes (2005, p. 48), “caracteriza-se por apresentar informações financeiras e não financeiras preponderantemente descritivas e por permitir a inclusão de informações espontâneas ou não obrigatórias”. Tais características fazem do Relatório da Administração uma boa opção para a divulgação externa acerca do capital intelectual da entidade, uma vez que, por ser elemento de divulgação não obrigatória, pode constituir importante fonte de vantagem competitiva para a organização, bem como contribuir para a criação de valor organizacional (BACKES, 2005; BACKES; OTT; WIETHAEUPER, 2006; COLAUTO et al., 2009). Na mesma perspectiva, Wong e Ho (2003) ressaltam que a divulgação compulsória e a divulgação espontânea se complementam ao realçar o funcionamento total do mercado.

Dessa forma, visando estimular a divulgação de informações contábeis pelas organizações, em prol do desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, a BM&FBovespa lançou, no ano 2000, os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa – Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado –, segmentos especiais de listagem de companhias abertas, que se diferenciam entre si pelas exigências relativas aos direitos dos acionistas, bem como pela prestação de contas e transparência das informações (BOVESPA, 2000; IBGC, 2009).

2.2 Estudos Anteriores

O Relatório da Administração pode constituir um meio de divulgação de informações sobre o capital intelectual. Nesse contexto, estudos anteriores já abordaram a divulgação de informações de capital intelectual nos Relatórios da Administração de empresas listadas na BM&FBovespa, destacando-se as pesquisas de Backes, Ott e Wiethaeuper

(2006), Ensslin e Carvalho (2007), Reina, Vicente e Ensslin (2008) e Arruda, Cabral e Araújo (2010).

No estudo de Backes, Ott e Wiethaeuper (2006) foram analisadas as empresas de capital aberto listadas no Nível 1 da BM&FBovespa, utilizando-se, para tanto, um instrumento de pesquisa composto por categorias dos componentes de capital intelectual. Os resultados indicaram maior frequência de divulgação da categoria capital estrutural, com destaque para a subcategoria responsabilidade social; seguida da categoria capital humano, na qual se apresentou com maior evidência a subcategoria treinamento/desenvolvimento dos funcionários; e da categoria capital de clientes, com evidência para a subcategoria imagem da empresa.

O estudo de Ensslin e Carvalho (2007) envolveu as 25 maiores companhias abertas brasileiras listadas na BM&FBovespa e utilizou a classificação de capital intelectual proposta por Sveiby (1998). Os resultados apontaram para: alta incidência de divulgação voluntária de capital intelectual nos Relatórios da Administração; significativa tendência de evidência em termos qualitativos (narrativa); maior frequência de divulgação do capital externo como categoria de capital intelectual; e similaridade nos resultados obtidos tanto no contexto brasileiro quanto no contexto internacional.

A pesquisa de Reina, Vicente e Ensslin (2008), por sua vez, investigou as 30 maiores companhias abertas listadas no Nível 1 da BMF&Bovespa, com base em dados de 2006, fazendo uma análise comparativa das empresas do Novo Mercado, a partir da classificação proposta por Sveiby (1998). Dentre os resultados obtidos para as empresas do Nível 1, destaca-se que 27 (87%) evidenciam elementos de capital intelectual; 13 (43%) evidenciam competências relacionadas ao trabalho; 10 (33%) evidenciam canal de distribuição; e 13 (43%) evidenciam competência dos funcionários. Na análise comparativa entre as empresas do Nível 1 e as do Novo Mercado, constatou-se que o elemento processos gerenciais foi evidenciado pelos dois segmentos, enquanto no Novo Mercado a categoria capital interno foi a mais evidenciada.

Por fim, o estudo de Arruda, Cabral e Araújo (2010) comparou as companhias de maior capital social listadas no Nível 2, utilizando a classificação proposta por Sveiby (1998). Os resultados apontaram que todas elas evidenciaram elementos de capital intelectual; 62,5% evidenciaram capital externo; 47,9% evidenciaram competência dos funcionários; e 47,2% evidenciaram capital interno.

Com base no exposto, pretende-se contribuir para ampliação da discussão em torno da temática, analisando-se as características da divulgação de informações de capital intelectual nos Relatórios da Administração dos bancos listados na BM&FBovespa, conforme classificação de Sveiby (1998) e codificação numérica de Guthrie e Petty (2000), verificando-se ainda, por meio de teste estatístico, se há diferença estatisticamente significativa entre as médias de divulgação dos bancos listados nos três segmentos diferenciados da BM&FBovespa e as dos bancos listados no mercado tradicional – fato que justifica a realização da presente pesquisa e realça a evidência voluntária de informações estratégicas pelas empresas brasileiras.

3 Metodologia

O estudo utilizou dados secundários provenientes dos Relatórios da Administração do exercício de 2009, publicados pelos bancos listados na BM&FBovespa em julho de 2010. Inicialmente, por meio da Análise de Conteúdo, foram identificadas as informações de capital intelectual divulgadas pelos bancos que compõem a amostra da pesquisa. Em seguida, foram comparados, utilizando-se o teste de média, os níveis de evidenciação voluntária de capital intelectual os dois grupos de empresas listadas na BM&FBovespa: o dos segmentos diferenciados (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado) e o do mercado tradicional. Nessa última fase, procurou-se identificar a confirmação ou a rejeição do pressuposto da pesquisa, ou seja, se os bancos listados nos três segmentos diferenciados se preocupam mais em divulgar informações sobre o capital intelectual, em comparação com os bancos listados no mercado tradicional.

O universo da pesquisa compreende as 26 empresas integrantes do segmento Bancos, do subsetor Intermediários Financeiros, do setor Financeiro e Outros da BM&FBovespa listadas nos três segmentos diferenciados e no mercado tradicional. Desse grupo, foram excluídas quatro empresas: a Alfa de Investimentos S. A., o Consórcio Alfa de Administração S. A. e a Alfa Holding S. A., por apresentarem um Relatório da Administração consolidado sob a denominação Grupo Alfa, inviabilizando a identificação das informações de capital intelectual específicas de cada empresa; e o Banco Mercantil de Investimentos S. A., por não haver disponibilizado o seu Relatório da Administração até a data da realização da pesquisa.

As 22 empresas do setor bancário brasileiro participantes da amostra da pesquisa se enquadram nas duas categorias de análise, sendo 16 nos segmentos diferenciados e seis no mercado tradicional, conforme se evidencia no Quadro 1.

Quadro 1 – Amostra da pesquisa

Ordem	Razão Social	Segmento de Listagem
1	BANCO ABC BRASIL S. A.	N2
2	BANCO BRADESCO S. A.	N1
3	BANCO CRUZEIRO DO SUL S. A.	N1
4	BANCO DA AMAZÔNIA S. A.	MT
5	BANCO DAYCOVAL S. A.	N1
6	BANCO DO BRASIL S. A.	NM
3	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S. A.	MT
4	BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S. A.	MT
5	BANCO DO ESTADO DO PARÁ S. A.	MT
6	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S. A.	N1
8	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.	MT
7	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S. A.	N1
14	BANCO INDUSVAL S. A.	N1
15	BANCO ITAÚ UNIBANCO HOLDING S. A.	N1
17	BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A.	MT
18	BANCO PANAMERICANO S. A.	N1
20	BANCO PINE S. A.	N1
21	BANCO SANTANDER S. A.	N2
22	BANCO SOFISA S. A.	N2
11	BRB BCO DE BRASÍLIA S.A.	N2
16	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.	N1
19	PARANÁ BANCO S. A.	N1

Fonte: BM&FBovespa (2010).

A coleta dos dados alusivos a capital intelectual se deu por meio da leitura e interpretação dos Relatórios da Administração referentes ao exercício de 2009, divulgados pelos 22 participantes da amostra em seus portais institucionais, mais especificamente na página de Relações com investidores. A classificação dos dados coletados seguiu o modelo teórico de Sveiby (1998), adaptado por Ensslin e Carvalho (2007), seguindo uma tendência internacional entre os pesquisadores de evidenciação voluntária de capital intelectual. Conforme apresentado por Ensslin e Carvalho (2007), o modelo de Sveiby (1998) fornece 24 elementos de capital intelectual (Tabela 1), distribuídos em três categorias: Estrutura interna, Estrutura externa e Competência dos funcionários.

A análise dos dados coletados se caracteriza por uma combinação de dois métodos, empregados na seguinte ordem: (1) Análise de Conteúdo, para identificação de elementos de capital intelectual; e (2) Teste de Média, para análise comparativa entre os três segmentos diferenciados e o mercado tradicional.

A aplicação da análise de conteúdo observou as três fases do método, segundo Bardin (2004): (1) pré-análise; (2) exploração do material; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na pré-análise, fez-se uma leitura superficial dos Relatórios da

Administração, seguindo-se a definição da amostra da pesquisa. Após esse procedimento, formulou-se a hipótese conceitual e foram definidos os indicadores de classificação de evidenciação de capital intelectual.

Para esse último processo, adotaram-se os códigos desenvolvidos por Guthrie e Petty (2000): uma escala de 0 a 3 que pontua a evidenciação do elemento e o seu grau de divulgação, na forma a saber: 0 = elemento não foi evidenciado; 1 = elemento foi evidenciado em forma de narrativa; 2 = elemento foi evidenciado por meio de um valor numérico; e 3 = elemento foi evidenciado por meio de um valor monetário. Além disso, adotou-se a classificação de Khanna, Palepu e Srinivasan (2004), atribuindo-se a nota 1 no caso de haver divulgação de determinada informação, e nota 0 (zero) em caso negativo.

Ou seja, a análise das características da divulgação de informações de capital intelectual nos Relatórios da Administração de 2009 dos bancos compreendeu a classificação de Sveiby (1998) e a codificação numérica proposta por Guthrie e Petty (2000). Para garantir maior confiabilidade dos resultados, a análise dos Relatórios da Administração dos bancos coube, em um primeiro momento, a um dos pesquisadores, sendo posteriormente revisada por outros três pesquisadores.

Em seguida, para se comparar o nível de evidenciação entre os três segmentos diferenciados e o mercado tradicional, foi aplicado um teste para se verificar a normalidade dos dados, seguindo-se os testes de média, para se observar o comportamento dos indicadores. Os dados foram processados pelo *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 15.0.

Foi utilizado na pesquisa o teste de diagnóstico de normalidade de dados de Kolmogorov-Smirnov, levando-se em conta as seguintes hipóteses:

H_o : a distribuição é normal, quando p-valor < nível de significância;

H_1 : a distribuição não é normal, quando p-valor > nível de significância.

O resultado do teste revelou que os dados da amostra apresentam distribuição normal (Tabela 3). A partir dessa identificação, foram aplicados testes paramétricos de diferenças entre médias, por meio do teste *t* de Student, cujo emprego, segundo Fávero et al. (2009), requer uma distribuição normal. Assim, o teste de média *t* de Student levou em conta as seguintes hipóteses:

H_o : $\mu_1 = \mu_2$, quando p-valor > nível de significância;

H_1 : $\mu_1 \neq \mu_2$, quando p-valor < nível de significância.

Os testes de média foram utilizados para se avaliar se há diferenças significativas entre as médias de divulgação de capital intelectual pelos dois grupos de listagem na BM&FBovespa: segmentos diferenciados e mercado tradicional.

Dessa forma, foram realizados quatro testes de média, comparando o nível de divulgação das informações de capital intelectual dos bancos dos três segmentos diferenciados e dos bancos do mercado tradicional. Três dos testes utilizaram as subdivisões da métrica de

Sveiby (1998) adaptada por Ensslin e Carvalho (2007) para elementos de capital intelectual Capital interno, Capital externo e Competência dos funcionários, enquanto o último teste utilizou o Capital intelectual total da métrica.

Para o teste de média, optou-se por utilizar a métrica de avaliação das informações divulgadas proposta por Khanna, Palepu e Srinivasan (2004). Assim, caso a empresa tenha divulgado determinada informação, recebeu nota 1; em caso contrário, recebeu nota 0; e, de acordo com Wallace e Naser (1985), pesos iguais refletem a percepção de todos os grupos em conjunto, sem privilegiar nenhum deles.

O nível de significância indica o grau de confiança na decisão tomada. O presente estudo utiliza o nível de significância 5%, que indica 95% de segurança na fidedignidade dos resultados.

4 Resultados

Para a consecução do objetivo deste estudo, os resultados da pesquisa são apresentados a seguir, agrupados em tabelas.

4.1 Característica das Informações de Capital Intelectual Divulgadas nos Relatórios da Administração dos Bancos Listados na BM&FBovespa

Na análise de conteúdo dos Relatórios de Administração dos bancos pesquisados, observou-se que todas as empresas da amostra divulgaram alguma informação de capital intelectual referente ao exercício de 2009. A Tabela 1 apresenta os resultados da aplicação da métrica de Khanna, Palepu e Srinivasan (2004), utilizando o modelo teórico proposto por Sveiby (1998), adaptado por Ensslin e Carvalho (2007).

Tabela 1 – Frequência de Efetiva Divulgação das Informações de Capital Intelectual

ELEMENTOS DE CAPITAL INTELECTUAL	FREQUÊNCIA OBSERVADA
1 Capital interno	77 (39,1%)
1.1 Propriedade intelectual	0
1.1.1 Patentes	0
1.1.2 Direitos autorais	0
1.1.3 Marcas registradas	0
1.2 Recursos de infraestrutura	77
1.2.1 Filosofia gerencial	7
1.2.2 Cultura corporativa	20
1.2.3 Processos gerenciais	21
1.2.4 Sistemas de informação	11
1.2.5 Sistemas de relacionamentos	11
1.2.6 Relações financeiras	7
2 Capital externo	89 (45,2%)
2.1 Marcas	15
2.2 Clientes	15
2.3 Fidelidade de clientes	3
2.4 Nome de companhia	12
2.5 Canal de distribuição	14
2.6 Colaboração dos negócios	15
2.7 Acordo licenciado	2
2.8 Contrato favorável	13
2.9 Acordo de <i>franchising</i>	0
3 Competência dos funcionários	31 (15,7%)
3.1 <i>Know-how</i>	2
3.2 Educação	16
3.3 Qualificação vocacional	0
3.4 Conhecimento relacionado ao trabalho	3
3.5 Competências relacionadas ao trabalho	8
3.6 Espírito empreendedor	2
TOTAL	197 (100,0%)

Conforme se observa na Tabela 1, as três categorias de capital intelectual preconizadas por Sveiby (1998) – Capital Interno, Capital Externo e Competência dos funcionários – tiveram informações divulgadas em alguns dos 22 Relatórios da Administração analisados. A categoria Capital externo sobressaiu com 89 informações evidenciadas (45,2% dos itens observados), seguindo-se Capital interno, com 77 (39,1%), e Competência dos funcionários, com 31 (15,7%) itens evidenciados.

Essa disposição de divulgação das informações de capital intelectual dos bancos analisados corrobora os achados dos estudos de Ensslin e Carvalho (2007) e Arruda, Cabral e Araújo (2010), que também identificaram o Capital externo como grupo mais

representativo. Entretanto, não corrobora o estudo de Reina, Vicente e Ensslin (2008), em que foi mais representativa a Competência dos funcionários.

A diferença entre os resultados de tais estudos pode estar relacionada às características dos segmentos de listagem investigados. O estudo de Reina, Vicente e Ensslin (2008) se restringiu à análise de empresas pertencentes ao Nível 1, apresentando resultado divergente dos demais, que, por sua vez, apresentaram resultados similares ao analisar empresas de todos os segmentos de listagem (ENSSLIN; CARVALHO, 2007) e do Nível 2 (ARRUDA; CABRAL; ARAÚJO, 2010).

Outro aspecto observado diz respeito à ausência de informações sobre Patentes, Direitos autorais e Marcas registradas (Capital interno), Acordo de franchising (Capital externo) e Qualificação vocacional (Competência dos funcionários). Cabe ressaltar que a evidenciação nula em relação aos três elementos de Propriedade intelectual, relacionados ao Capital interno, pode ser justificada pela característica da atividade econômica dos bancos, com predominância da prestação de serviços de intermediação financeira.

Pode-se observar ainda (Tabela 1) que o item Processos gerenciais, pertencente ao grupo Capital interno, foi o mais divulgado, constando presente em 21 Relatórios da Administração, seguindo-se a Cultura corporativa, do mesmo grupo, divulgada em 20 relatórios. Salienta-se que o Banco da Amazônia S. A. (N1) foi o único a não divulgar nenhum item sobre Processos gerenciais, e que o item Cultura corporativa deixou de ser divulgado apenas pelo Banco da Amazônia S. A. e pelo Banco ABC Brasil S. A. (N2).

Dentre os itens menos divulgados, registram-se o Acordo licenciado (Capital externo) e o Know-how (Competência dos funcionários), presentes em apenas dois relatórios; e Fidelidade de clientes (Capital externo) e Conhecimento relacionado ao trabalho (Competência dos funcionários), visualizados em três relatórios.

Dentre os bancos com alta frequência de evidenciação dos elementos de capital intelectual, destaca-se o Banco Mercantil do Brasil S. A. (mercado tradicional), com 16 elementos; ficando na segunda colocação o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (N1) e o Banco Panamericano S. A. (N1), com 14 elementos, cada. Já no grupo de menores frequências, registram-se o Banco ABC Brasil S. A. (N2) com uma única informação de capital intelectual, referente a Processos gerenciais; o Paraná Banco S. A. (N1); o Banco Cruzeiro do Sul S. A. (N1) e o Banco Industrial e Comercial S. A. (N1).

No estudo de Reina, Vicente e Ensslin (2008), o Banco Industrial e Comercial S. A. (N1) e o Banco Daycoval S. A. (N1) não apresentaram em seus Relatórios da Administração nenhum elemento de capital intelectual. Enquanto isso, na presente pesquisa, o Banco Industrial e Comercial S. A. (N1) divulgou informações sobre cinco elementos, e o Banco Daycoval S. A. (N1) apresentou sete elementos. Esse fato pode indicar uma mudança da política de divulgação das duas mencionadas instituições, passando a reconhecer a importância do *disclosure* do seu capital intelectual, que integra o rol dos ativos intangíveis de ambas.

A Tabela 2 apresenta os dados obtidos por meio da análise de conteúdo dos Relatórios da Administração (RA) dos bancos pesquisados no tocante à divulgação de informações de capital intelectual, segundo a classificação de Guthrie e Petty (2000).

Tabela 2 – Tipologia das informações sobre capital intelectual divulgadas

Elementos de Capital Intelectual	Frequência Observada			TOTAL
	Informação Narrativa	Informação Numérica	Informação Monetária	
1 Capital interno	62	10	33	105 (34,0%)
1.1 Propriedade intelectual	0	0	0	0
1.1.1 Patentes	0	0	0	0
1.1.2 Direitos autorais	0	0	0	0
1.1.3 Marcas registradas	0	0	0	0
1.2 Recursos de infraestrutura	62	10	33	105
1.2.1 Filosofia gerencial	7	0	0	7
1.2.2 Cultura corporativa	20	0	0	20
1.2.3 Processos gerenciais	20	2	0	22
1.2.4 Sistemas de informação	4	4	15	23
1.2.5 Sistemas de relacionamentos	9	4	0	13
1.2.6 Relações financeiras	2	0	18	20
2 Capital externo	46	38	69	153 (49,5%)
2.1 Marcas	9	2	15	26
2.2 Clientes	1	10	27	38
2.3 Fidelidade de clientes	3	0	0	3
2.4 Nome de companhia	12	0	0	12
2.5 Canal de distribuição	4	20	0	24
2.6 Colaboração dos negócios	7	4	15	26
2.7 Acordo licenciado	2	0	0	2
2.8 Contrato favorável	8	2	12	22
2.9 Acordo de <i>franchising</i>	0	0	0	0
3 Competência dos funcionários	18	12	21	51 (16,5%)
3.1 <i>Know-how</i>	2	0	0	2
3.2 Educação	3	12	21	36
3.3 Qualificação vocacional	0	0	0	0
3.4 Conhecimento relacionado ao trabalho	3	0	0	3
3.5 Competências relacionadas ao trabalho	8	0	0	8
3.6 Espírito empreendedor	2	0	0	2
TOTAL	126	60	123	309 (100,0%)

Em linhas gerais, conforme evidenciado na Tabela 2, a maioria das informações foi divulgada na forma narrativa, confirmando-se o disposto no estudo de Ensslin e Carvalho (2007), em que se verificou uma tendência significativa para esse tipo de apresentação. Entretanto, cabe ressaltar que a evidenciação dos elementos referentes às categorias Capital externo e Competência dos funcionários se caracteriza pela predominância da natureza monetária, apesar da sua concentração em apenas cinco elementos de capital

intelectual. Outro aspecto que merece destaque diz respeito à divulgação de informações numéricas referentes a apenas nove elementos de capital intelectual, dos 24 possíveis.

Ainda de acordo com a Tabela 2, a categoria Capital Externo registrou o maior volume de informações divulgadas, totalizando 49,5%, seguindo-se pelo Capital interno (34,0%) e Competência dos funcionários (16,5%), sendo possível notar ainda que os elementos Clientes (Capital externo) e Educação (Competência dos funcionários) também apresentaram significativos volumes de informações.

4.2 Análise das Variações entre as Médias de Divulgação de Informações de Capital Intelectual nos Relatórios da Administração dos Bancos Listados nos Três Segmentos Diferenciados em Comparação com os Listados no Mercado Tradicional

Diante da necessidade de definição do teste de média a ser empregado, utilizou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov para se averiguar a normalidade da distribuição, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov

ELEMENTOS DE CAPITAL INTELECTUAL	p-valor	Decisão
Capital Interno	0,608	Aceitar H_0
Capital Externo	0,384	Aceitar H_0
Competência dos Funcionários	0,228	Aceitar H_0
Capital Intelectual Total	0,842	Aceitar H_0

A partir dos resultados do teste de Kolmogorov-Smirnov, percebe-se que as quatro análises consideradas no estudo possuem o p-valor maior que o nível de significância utilizado na pesquisa. Ou seja, tanto a análise das três categorias de elementos de capital intelectual propostos por Sveiby (1998) como a análise do Capital Intelectual Total apresentam o p-valor maior que o nível de significância utilizado na pesquisa. Portanto, de acordo com o resultado do teste, há evidências para aceitar H_0 para os quatro grupos de divulgação, uma vez que os dados apresentam distribuição normal.

Dessa forma, levando-se em conta que as quatro análises da evidenciação do capital intelectual apresentaram distribuição normal, pode-se efetuar o cálculo do teste de média t de Student, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Teste de média t de Student

ELEMENTOS DE CAPITAL INTELECTUAL	p-valor	Decisão
Capital Interno	0,130	Aceitar H_0
Capital Externo	0,452	Aceitar H_0
Competência dos Funcionários	0,149	Aceitar H_0
Capital Intelectual Total	0,154	Aceitar H_0

A partir dos resultados do teste de média t de Student demonstrados na Tabela 4, encontram-se evidências para aceitar H_0 para as quatro análises da evidenciação do capital intelectual nos Relatórios da Administração dos bancos pesquisados. Isso leva à conclusão de que, estatisticamente, os dois grupos de listagem (segmentos diferenciados e mercado tradicional) apresentam níveis de divulgação de informações semelhantes sobre o capital intelectual, considerando-se a classificação de Sveiby (1998).

Ressalta-se que em ambas as análises, ou seja, na forma separada de cada uma das categorias de capital intelectual (Capital interno, Capital externo e Competência dos funcionários) e na forma do Capital Intelectual Total, representado pela soma das três categorias, estatisticamente, a média de divulgação de informações sobre elementos de capital intelectual é igual para os dois grupos de listagem analisados.

Assim, a partir dos resultados evidenciados pelo teste de média, pode-se concluir, então, pela rejeição da hipótese do estudo, levando-se em conta que os elementos de divulgação do capital intelectual utilizados possuem médias de divulgação estatisticamente similares para os dois segmentos de listagem analisados.

5 Conclusão

O presente estudo teve por objetivo analisar as características da divulgação de informações de capital intelectual nos Relatórios da Administração das empresas do setor bancário brasileiro listadas na BM&FBovespa, visando identificar se os bancos listados nos três segmentos diferenciados – Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado – apresentam nível de divulgação maior do que o dos bancos listados no mercado tradicional.

Das 26 empresas do segmento *Bancos*, do subsetor *Intermediários Financeiros*, do setor *Financeiro e Outros* da BM&FBovespa, 22 tiveram seus Relatórios da Administração analisados, sendo 16 listadas nos segmentos diferenciados e 6 listadas no mercado tradicional.

Os resultados da caracterização da divulgação de informações sobre capital intelectual nos Relatórios da Administração dos bancos analisados apontaram que as três categorias de capital intelectual preconizadas por Sveiby (1998) apresentaram elementos divulgados em alguns dos 22 relatórios, destacando-se que a categoria Capital externo se destacou com maior número de informações evidenciadas, seguindo-se o Capital interno, e a Competência dos funcionários. Constatou-se, ainda, que a maioria das informações foi divulgada pelos bancos na forma narrativa, confirmando-se o disposto no estudo de Ensslin e Carvalho (2007), cabendo, porém, destacar que a evidenciação dos elementos referentes às categorias Capital externo e Competência dos funcionários se caracteriza pela predominância da natureza monetária.

Verificou-se, pelo teste de média, que as empresas do segmento Bancos listadas nos três segmentos diferenciados fazem divulgação de informações de capital intelectual em patamar similar ao daquelas listadas no mercado tradicional, refutando-se, assim, a hipótese conceitual de pesquisa.

Do exposto, e tomando-se por base as análises da pesquisa, não se constatou evidência de que a governança corporativa afetou o nível de transparência das empresas, o que contraria os achados de alguns estudos empíricos que atestaram a relação entre evidenciação e governança (BUSHMAN; SMITH, 2001; GALLON; BEUREN; HEIN, 2007; MURCIA; SANTOS, 2009), seja ela complementar ou substituta (LANZANA, 2004), e ao mesmo tempo corrobora os resultados de Oliveira et al. (2004) e Gonçalves et al. (2008), que não atestaram essa relação.

Por fim, ressalta-se que este estudo apresenta como limitação a análise dos Relatórios da Administração referentes tão-somente ao exercício encerrado em 31/12/2009, não podendo, portanto, ser generalizada para outros períodos. Vale ainda destacar que essa limitação pode constituir uma oportunidade para a realização de estudos posteriores, abrangendo período mais elástico.

Referências

ANTUNES, M. T. P. **Capital intelectual: sociedade baseada no conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2007.

ARRUDA, B. H.; CABRAL, T. G.; ARAÚJO, A. O. Evidenciação de elementos do capital intelectual nos relatórios da administração de companhias brasileiras pertencentes ao nível 2 de governança corporativa. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 182, mar./abr., 2010, p. 33-45.

BACKES, R. G. **Evidenciação de capital intelectual: análise de conteúdo dos relatórios de administração de companhias abertas brasileiras**. 2005. 177 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

_____; OTT, E.; WIETHAEUPER, D. Informações sobre capital intelectual evidenciadas pelas companhias abertas listadas em nível 1 de governança corporativa da Bovespa. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., São Paulo, **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2006.

BALIEIRO, S. Bradesco é a maior empresa do Brasil em ativos intangíveis. **Revista Época Negócios**. São Paulo: Ed. Globo, 21/09/2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARROS, F. S. O.; PONTE, V. M. R.; FARIAS, I. Q. Gerenciamento do capital intelectual: um estudo em empresas do setor têxtil cearense. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 4, n. 2, mai./ago. 2007, p. 137-148.

BM&FBOVESPA. **O mercado de capitais: sua importância para o desenvolvimento e os entraves com que se defronta no Brasil**.

BATES, K. A.; JUNTILA, M. A.; SCHROEDER, R. G. *A resource-based view of manufacturing strategy and the relationship to manufacturing performance*. Strategic Management Journal, n. 23, 2002, p. 105-117.

BOVESPA, 2000. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/relatorio2.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2010.

_____. **Empresas listadas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 1 set. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 6 jun. 2010.

BROOKING, A. **Intellectual capital: core asset for the third millennium enterprise**. Boston: Thomson Publishing Inc., 1996.

BUSHMAN, R.; SMITH, A. *Financial accounting information and corporate governance*. Journal of Accounting and Economics, v. 32, p. 237-333, 2001.

COLAUTO, R. D. et al. Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios de administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p. 143-169, 2009.

CPC. Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=27>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

DANTAS, J. A. et al. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista E & G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, dez. 2005.

ENSSLIN, S. R.; CARVALHO, F. N. *Voluntary disclosure of intellectual capital in the Brazilian context: an investigation informed by the international context*. Int. J. Accounting, Auditing and Performance Evaluation, v. 4, n. 4/5, p. 478-500, 2007.

FÁVERO, L. P. L. et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

FENSTERSEIFER, J. E.; PAIVA, E. L.; ROTH, A. V. *Organizational knowledge and the manufacturing strategy process: a resource-based view analysis*. Journal of Operations Management, n. 26, 2008, p. 115-132.

GALLON, A. V.; LYRIO, M. V. L.; ENSSLIN, S. R. Gerenciamento do capital intelectual de uma EBT incubadora: a contribuição da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32., Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

GALLON, A. V. et al. Estudo epistemológico da produção científica sobre as perspectivas contábil e econômica do capital intelectual realizada no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32., Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

_____; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Análise da relação entre evidenciação nos relatórios de administração e o nível de governança das empresas da Bovespa. **Revista de Informação Contábil**, v. 1, n. 2, p. 18-41, out./dez. 2007.

GONÇALVES, R. S. et al. Social *disclosure* das empresas brasileiras listadas na Nyse e na Bovespa: sua relação com os níveis de governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, a. 5, v. 1, n. 9, p. 71-94, jan./jun. 2008.

GUTHRIE, J.; PETTY, R. *Intellectual capital: australian annual reporting practices*. Journal of Intellectual Capital, v. 1, n. 3, p. 241-251, 2000.

HEGARTY, W. H.; SWINK, M. *Core manufacturing capabilities and their links to product differentiation*. International Journal of Operations & Product Management, v. 18, n. 4, p. 374-396, 1998.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução por Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>>. Acesso em: 27 ago. 2010.

_____. **Governança no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=20>>. Acesso em: 1 set. 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2004.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Medindo a prontidão estratégica de ativos intangíveis. **Havard Business Review**, fev. 2004, p. 1-14.

KHANNA, T.; PALEPU, K.; SRINIVASAN, S. *Disclosure practices of foreign companies interacting with U.S. markets*. Journal of Accounting Research, v. 42, p. 475-508, 2004.

KLEIN, D. A.; PRUSAK, L. *Characterizing intellectual capital*. Boston: Ernest & Young Center for Business Innovation, 1994.

LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MATHEUS, L. F.; NAGANO, M. S. Análise da identificação e da gestão do capital intelectual nas usinas sucroalcooleiras. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37., Atibaia, **Anais...** Atibaia: Anpad, 2003.

MEEK, G.; ROBERTS, C.; GRAY, S. *Factors influencing voluntarily annual report disclosure by U.S., U.K., and continental European multinational corporations*. Journal of International Business Studies, v. 26, p. 555-572, 1995.

MURCIA, F. D.; SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, p. 72-95, mai./ago. 2009.

OLIVEIRA, M. C. et al. Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de governança corporativa na transparência das informações evidenciadas por empresas brasileiras do setor de papel e celulose. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., São Paulo, **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2004.

PIACENTINI, N. **Evidenciação contábil voluntária: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras**. Dissertação. 2004, 132 f. (Mestrado em Ciências Contábeis) Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2004.

PISANO, G.; SHUEN, A.; TEECE, D. J. Dynamic capabilities and strategic management. **Strategic Management Journal**, v. 18, n. 17, p. 509-533, 1997.

PONTE, V. M. R. et al. Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 no âmbito das companhias abertas. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., São Paulo, **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

REINA, D.; VICENTE, E. F. R.; ENSSLIN, S. R. Capital intelectual: uma análise comparativa da evidenciação voluntária em empresas de governança corporativa no ano de 2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., Gramado, **Anais...** Gramado: CFC, 2008.

ROGERS, P.; RIBEIRO, K. C. S.; SECURATO, J. R. Governança corporativa, mercado de capitais e crescimento econômico no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30., Salvador, **Anais...** Salvador: Anpad, 2006.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação de ativos intangíveis**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCOTT, D. R. *The basis of accounting principles*. The Accounting Review, v. 16, n. 4, p. 341-349, dec. 1941.

STEWART, T. A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VERRECCHIA, R. E. *Essays on disclosure*. Journal of Accounting and Economics, n. 32, p. 97-180, 2001.

WALLACE, O.; NASER, K. *Firm specific determinants of the comprehensiveness of mandatory disclosure in the corporate annual reports of firms listed on the stock exchange of Hong Kong*. Journal of Accounting and Public Policy, v. 14, p. 311-368, 1985.

WONG, K. S.; HO S. S. M. *International journal of disclosure and governance*. Londres: Dec. 2003, v. 1. n. 1.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

<p>Patricia Vasconcelos Rocha é Mestranda do Programa de Pós Graduação em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC), pattivvasconcelos@hotmail.com Rua Barão do Rio Branco, 1958/31 Fortaleza-CE, CEP: 60.025-062.</p>	<p>Juliana Cidrack Freire do Vale é Mestranda do Programa de Pós Graduação em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC), julianacidrack@yahoo.com.br Rua Cônsul Gouveia, 278, Carlito Pamplona Fortaleza-CE, CEP: 60.335-390.</p>
<p>Leonardo de Queiroz Braga Cavalcante é Mestrando do Programa de Pós Graduação em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC), leonardodequeiroz@gmail.com Av. Historiador Raimundo Girão, 306/1601 Fortaleza-CE; CEP: 60.165-050.</p>	<p>Márcia Martins Mendes De Luca é Doutora em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora da Universidade Federal do Ceará (Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade/ Departamento de Contabilidade), marciadeluca@ufc.br Rua Coronel Jucá, 1000/1501 - Aldeota Fortaleza-CE, 60.170-320.</p>
<p>Alessandra Vasconcelos Gallon é Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professora da Universidade Federal do Ceará (Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade/ Departamento de Contabilidade), alegallon@terra.com.br Rua Coronel Jucá, 300/1901 – Aldeota Fortaleza-CE, 60.170-320.</p>	